

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá



clima' air
Reformas, Manutenção e Locação.

ILMA. SR. PREGOEIRO EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - SRP

CLIMA' AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, com sede na Rua Maria Rodrigues, nº 138, Olaria – Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 07.328.587/0001-01, neste ato, representada por seu representante legal já devidamente qualificado no processo licitatório em referência, com arrimo na Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, vem à vossa presença, em defesa de seus direitos apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, visando reformar vossa decisão, no que concerne a classificação da licitante PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA, consubstanciada nos substratos fáticos e jurídicos que a seguir passamos a aduzir. PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA pelo que segue:

I - DOS FATOS

Inicialmente, evidenciamos que o objeto do certame em apreço, destina-se a Contratação, sob o sistema de registro de preços, de empresa especializada para serviços de LOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO de diferentes capacidades a serem instalados nas



clima air
Reformas, Manutenção e Locação.

dependências da Empresa Pública de Transportes – EPT, em obediência aos preceitos legais vigentes, bem como, ao edital e seus anexos.

Isto posto, após decorrer os procedimentos licitatórios até o momento, essa Pregoeira decidiu declarar a licitante PRO-SERVICE como vencedora do certame apesar de termos constatado GRAVES IRREGULARIDADES neste julgamento, razões pelas quais manifestamos prontamente nossa intenção de interpor o presente recurso pelos motivos a seguir expostos.

IRREGULARIDADE # 01

Não apresentou o balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios, senão vejamos.

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

A PRO-SERVICE apresentou dois balanços patrimoniais sendo dos exercícios de 2021 e 2022, no entanto o edital determina a apresentação dos balanços dos **dois últimos exercícios**, ou seja, balanço patrimonial dos exercícios de 2022 e 2023, sendo que o prazo para apresentação do balanço de 2023, encerrou no dia 28/06/2024, conforme comunicado do Portal Comprasnet, site de Compras da própria realização do pregão eletrônico, senão vejamos:

PROCESSO: 21617/2024
DATA DO INÍCIO 16/09/2024
RUBRICA *P* FOLHA 05



clima air
Reformas, Manutenção e Locação.

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2024/n-o-08-2024-prazo-de-validade-certidao-de-qualificacao-economico-financeira-registrada-no-sicaf>

gov.br

Órgãos do Governo | Acesso e Informação | Legislação | Acessibilidade

Portal de Compras do Governo Federal

O que você procura?



Acesso à Informação | Comunidades | 2024 | Nº 08/2024 - Prazo de validade da qualificação econômico-financeira registrada no Sicaf

N.º 08/2024 - Prazo de validade da qualificação econômico-financeira registrada no Sicaf

Publicado em 29/08/2024 12h04

Compartilhe f X in

Prezados fornecedores, pregoeiros e gestores de compras

Informamos que o prazo de validade da qualificação econômico-financeira no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf) foi prorrogado até 28 de junho de 2024. Essa prorrogação se deve à publicação da Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023, a partir da qual a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adotou a data máxima de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) para o último dia útil do mês de junho.

No entanto, para os fornecedores com sede no Estado do Rio Grande do Sul, o prazo foi prorrogado até 30 de setembro de 2024, conforme estabelecido no inciso I do art. 2º da Portaria RFB nº 421, de 31 de maio de 2024, e de acordo com a lista dos municípios em situação de calamidade pública mencionados no Anexo Único da Portaria RFB nº 415, de 5 de maio de 2024.

Comunicamos que já está sendo providenciada a alteração dos prazos no Sicaf. No entanto, devido ao grande volume de adequações necessárias no sistema Compras.gov.br para a implementação da Lei nº 14.133/21, a atualização pode não ser concluída até o final do mês de junho.

Neste sentido, esta Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) esclarece que, mesmo que o prazo da qualificação econômico-financeira cesse como "vencido" após 31 de maio de 2024, a certidão permanecerá válida até:

- 30 de setembro de 2024 para os fornecedores com sede no Estado do Rio Grande do Sul;
- 28 de junho de 2024 para os fornecedores com sede nos demais Estados.

Destacamos que as demonstrações contábeis do ano-calendário de 2023 devem ser apresentadas no Sicaf dentro dos prazos mencionados acima, conforme estabelecido no § 4º do art. 10 da Instrução Normativa SEGES nº 3, de 26 de abril de 2016, para a atualização da qualificação econômico-financeira.

Compartilhe f X in

Neste sentido a PRO-SERVICE apenas não atendeu a exigência do balanço do edital, deixando de apresentar o balanço patrimonial do exercício de 2023.

CONFERE COM O ORIGINAL

RUBRICA *P* MAT 1100095

DATA 1/1/1



clima air
Reformas, Manutenção e Locação.

Cabe salientar que o de acordo com o artigo 64 da Lei 14.133/21, não é permitido apresentar ou substituir documentos novos após a fase de habilitação em um processo de licitação.

Por tudo isso se deve dar provimento ao recurso apresentado e a decisão do Pregoeiro de declarar a PRO-SERVICE vencedora do certame deve ser ratificada.


IRREGULARIDADE # 02

Apresentou Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais com data de emissão 28/07/2023, ou seja, vencida, tendo em vista que a validade das certidões é de no máximo 90 dias conforme item 14.3 do edital, senão vejamos.

14.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

III. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto, e considerando o elenco de motivações expendidas, espera e requer a Recorrente, que esse Pregoeiro, à luz dos fatos apontados e em prol dos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade, da Moralidade e Isonomia, se digne julgar procedente o presente Recurso, concluindo em reconsiderar a decisão que classificou a Recorrida e/ou remeter à Instância

PROCESSO: 21617/2024
DATA DO INÍCIO 16/09/2024
RUBRICA  FOLHA 07



clima' air
Reformas, Manutenção e Locação.

Superior, para que, uma vez apreciadas as presentes razões, seja dado provimento ao recurso para decretar a nulidade da decisão que declarou a licitante PRO-SERVICE como vencedora do pregão eletrônico em referência, tendo em vista as ilegalidades acima apontadas e por ser medida de lícito e salutar direito.

Rio de Janeiro, 06 de Setembro de 2024.

Fernando Cesar de Freitas Santa


Dir. Administrativo

CPF: 671.453.537-68

Clima'Air Reformas, Manutenção e Locação de Equipamento Ltda-Epp

CNPJ: 07.328.587/0001-01

CONFERE COM O ORIGINAL

RUBRICA  MAT 1100098
DATA ____/____/____



PROCESSO: 21617/2024
DATA DO INÍCIO 16/09/2024
RUBRICA D FOLHA 08

Pro-Service Serviços Profissionais e Especializados LTDA
Av. Antártida, 501 Cond. Novo Leblon, Casa Nº 102 Parque das Nações
Parnamirim/RN. CEP 59.158-155
CNPJ Nº 13.823.634/0001-96. Insc. Estadual Nº 20.251.503-6
Fones: 84-99931-9852 / 84-99979-0198
Email: marceli1@hotmail.com

CONTRARRAZÃO:

SENHOR (ª), PREGOEIRO DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES, DE MARICÁ-RJ.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024

Pro-Service Serviços Profissionais e Especializados Ltda, com sede na Av. Antártida, 501 Cond. Novo Leblon, Casa Nº 102 – Parque Das Nações – Parnamirim/RN, inscrita no CNPJ sob nº 13.823.634/0001-96, neste ato representada por sua sócia Ana Nery Pinheiro Mafaldo, solteira, empresária, inscrito no CPF sob o nº 050.893.914-32, vem apresentar, tempestivamente, suas CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por CLIMA’AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, no Pregão Eletrônico nº 90012/2024, mediante os fatos e fundamentos a seguir elencados:

Trata-se de recurso administrativo interposto por CLIMA’AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, que se insurge contra a habilitação da Recorrida, alegando que a recorrida não atendeu as normas editalícias.

De início, verifica-se que as contrarrazões, ora apresentadas preenchem o requisito da tempestividade.

No dia 06 de setembro de 2024 a recorrente apresentou suas razões recursais alegando que:

1 - *“Não apresentou o balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios, senão vejamos.”*

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente,

CONFERE COM O ORIGINAL
RUBRICA D MAT 140095
DATA / /

A PRO-SERVICE apresentou dois balanços patrimoniais sendo dos exercícios de 2021 e 2022, no entanto o edital determina a apresentação dos balanços dos **dois últimos exercícios**, ou seja, balanço patrimonial dos exercícios de 2022 e 2023, sendo que o prazo para apresentação do balanço de 2023, encerrou no dia 28/06/2024, conforme comunicado do Portal Comprasnet, site de Compras da própria realização do pregão eletrônico, senão vejamos:

O que o Edital exige é:

(B) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas.

Importante observar que a documentação referente ao *balanço patrimonial e demonstrações contábeis*, dos 2 (dois) últimos exercícios se encontram anexados em nosso cadastro do *Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF*, juntamente com os demais anos de exercícios da nossa empresa desde 2017 anexados no cadastro do SICAF podendo ele ser consultado a qualquer momento pelo Sr. Pregoeiro.




Microempreendedor Individual - MEI está dispensado de apresentação de documentação de regularidade estadual, distrital e municipal.

Fornecedor, caso esteja participando de licitação ou contratação com base na Lei nº 14.133, de 2021, a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios é obrigatória para fins de qualificação econômico-financeira no Sicaf, nos termos do inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.




Balanços Patrimoniais	
2023	
2022	
2021	
2020	
2019	
2018	
2017	

Todos os balanços que se encontram no SICAF de 2017 a 2023.




- 2023

Balancos Patrimoniais				
2023				
Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
Balanço Anual	12/2023	01/2023 a 12/2023	05/2025	  

- 2022

Balancos Patrimoniais				
2022				
Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022	05/2024	  

- 2021

Balancos Patrimoniais				
2021				
Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
Balanço Anual	12/2021	01/2021 a 12/2021	05/2023	  

Importante salientar que a empresa mantém seu registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, atendeu a todas as exigências do edital

Ademais, o pregoeiro, acaso notasse a presença de erro material, ou seja, erro facilmente detectado poderia requerer sua adequação.

Portanto, não resta qualquer dúvida quanto à observação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência que regem a administração pública e estritamente observados pelo pregoeiro quando da ocorrência do certame.

2 – “Apresentou Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais com data de emissão 28/07/2023, ou seja, vencida, tendo em vista que a validade das certidões é de no máximo 90 dias conforme item 14.3 do edital, senão vejamos.”

“14.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.”

Importante salientar que a documentação citada pelo RECORRENTE, não é exigida no edital. Sendo assim incoerente o recurso apontado pela empresa RECORRENTE.

No mais todas as documentações exigidas no edital, tais como as declarações complementares, foram atendidas de forma correta e dentro dos padrões exigidos por lei.

O que se conclui das razões recursais apresentadas é que o Recorrente, na falta de argumentação legítima, tenta transmudar a realidade dos fatos e apresentar outros que em nada se comunicam com o presente procedimento licitatório.

Do Pedido

Requer a improcedência do recurso, tendo em vista os fundamentos de fato e de direito acima expostos.

Nestes termos

Pede Deferimento.

Parnamirim, 10 de setembro de 2024.

Ana Nery Pinheiro Mafaldo
CPF: 050.893.914-32
Sócia Administradora da Pro-Service Serviços Profissionais e Especializados Ltda.



**ATA DE JULGAMENTO DO RECURSO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
12/2024 IMPETRADO PELA EMPRESA CLIMA AIR REFORMAS,
MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Processo Administrativo nº: 0024570/2023

Processo de Recurso nº: 0021617/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 12/2024






Objeto: Contratação, sob o sistema de registro de preços, de empresa especializada para serviços de LOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO de diferentes capacidades a serem instalados nas dependências da Empresa Pública de Transportes – EPT.

Recorrente: CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de 2024, reuniram-se o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, frise-se, todos os integrantes da Equipe de Apoio ao Pregão, conforme Portaria nº 45/2024, para deliberarem sobre o recurso interposto pela empresa **CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA** devido a habilitação da licitante **PRO-SERVICE SERVICOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA** no Pregão Eletrônico nº 12/2024, na forma em que se segue:

I – RECEPÇÃO DO RECURSO:

Em resposta ao recurso interposto pela empresa **CLIMA'AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, datado de 06/09/2024, contra a decisão de habilitação da empresa **PRO SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA**, passamos à análise das alegações apresentadas.

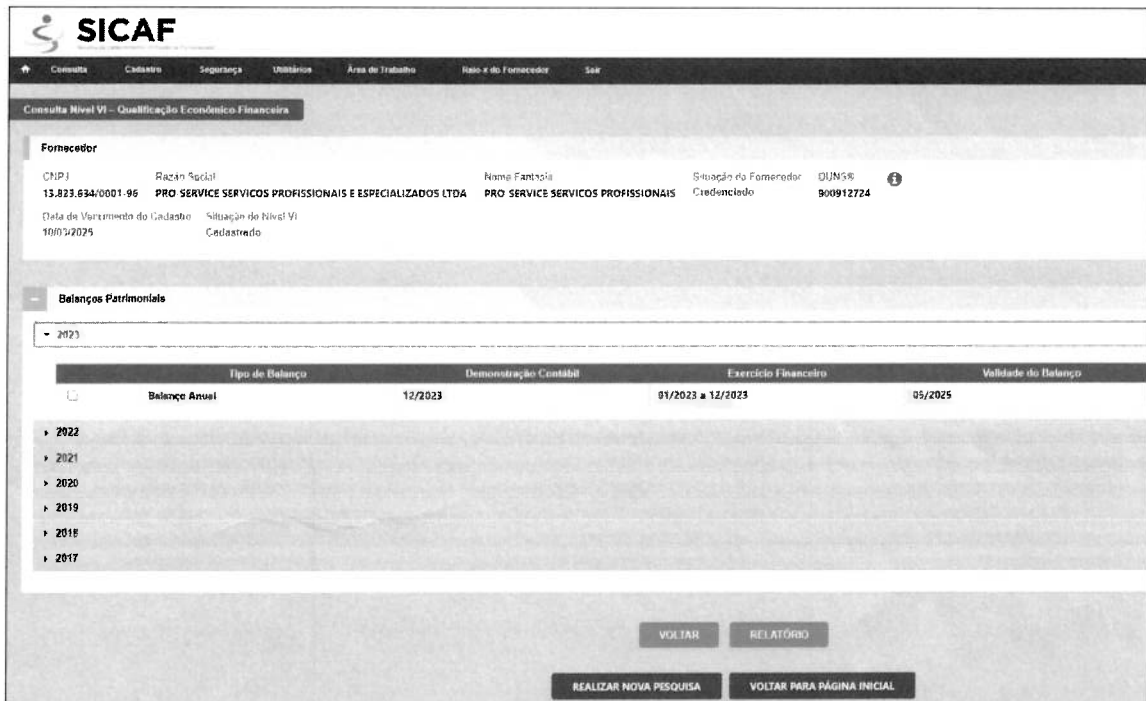








II - ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO:

a) Alegação 1: Não apresentou o balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios.

Resposta: Alega a Recorrente que a recorrida não apresentou balanço patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, conforme regramento do item B.1 do Edital. Inverdade esta alegação, visto que o Pregoeiro solicitou da recorrida os balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios (2023 e 2022) e verificou, em complemento, no Sistema de Cadastramento Unificado do Fornecedor (SICAF) os documentos em análise.



The screenshot displays the SICAF system interface. At the top, there is a navigation bar with links: Consultar, Cadastro, Segurança, Utilitários, Área de Trabalho, Histórico do Fornecedor, and Sair. Below this, a section titled 'Consulta Nível VI - Qualificação Econômico Financeira' is visible. The main content area shows the 'Fornecedor' (Supplier) information for 'PRO SERVICE SERVICOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA'. Key details include: CNPJ 13.823.634/0001-96, Razão Social PRO SERVICE SERVICOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA, Nome Fantasia PRO SERVICE SERVICOS PROFISSIONAIS, Situação do Fornecedor Credenciado, and DUNS# 900912724. Below this, the 'Balanços Patrimoniais' (Financial Statements) section is shown, with a dropdown menu set to '2023'. A table displays the financial statements for the years 2022, 2021, 2020, 2019, 2018, and 2017. The table has columns for 'Tipo de Balanço' (Type of Balance Sheet), 'Demonstração Contábil' (Financial Statement), 'Exercício Financeiro' (Financial Exercise), and 'Validade do Balanço' (Validity of Balance Sheet). The row for 2023 shows 'Balanço Anual' (Annual Balance Sheet) for the period 01/2023 a 12/2023, with a validity date of 05/2025. At the bottom of the interface, there are buttons for 'VOLTAR' (Return), 'RELATÓRIO' (Report), 'REALIZAR NOVA PESQUISA' (Perform New Search), and 'VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL' (Return to Home Page).

Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço
Balanço Anual	12/2023	01/2023 a 12/2023	05/2025
2022			
2021			
2020			
2019			
2018			
2017			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES – EPT

PROCESSO: 21617/2024
DATA DO INÍCIO: 16/09/2024
RUBRICA: 0 FOLHA 14

SICAF

Consulta Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Fornecedor

CPF: 13.823.634/0001-96 Razão Social: PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA Nome Fantasia: PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS Situação do Fornecedor: Credenciado DUNES: 900912724

Data de Vencimento do Cadastro: 16/03/2025 Situação do Nível VI: Cadastrado

Balancos Patrimoniais

2023

2022

Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço
Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022	05/2024
2021			
2020			
2019			
2018			
2017			

VOLTAR RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Anexos a esta ata os balanços patrimoniais da licitante **PRO SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA** referente aos anos de 2023 e 2022 como prova de que a Recorrente está incorreta na sua alegação.

b) Alegação 2: Apresentou Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais com data vencida.

Resposta: Alega a Recorrente que a recorrida apresentou Certidão negativa de Recuperação Judicial ou Falência (item B.2 do Edital) vencida. Infundada esta alegação visto que a licitante **PRO SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA** anexou no sistema do Comprasgov a devida certidão atualizada, mediante solicitação do Pregoeiro.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

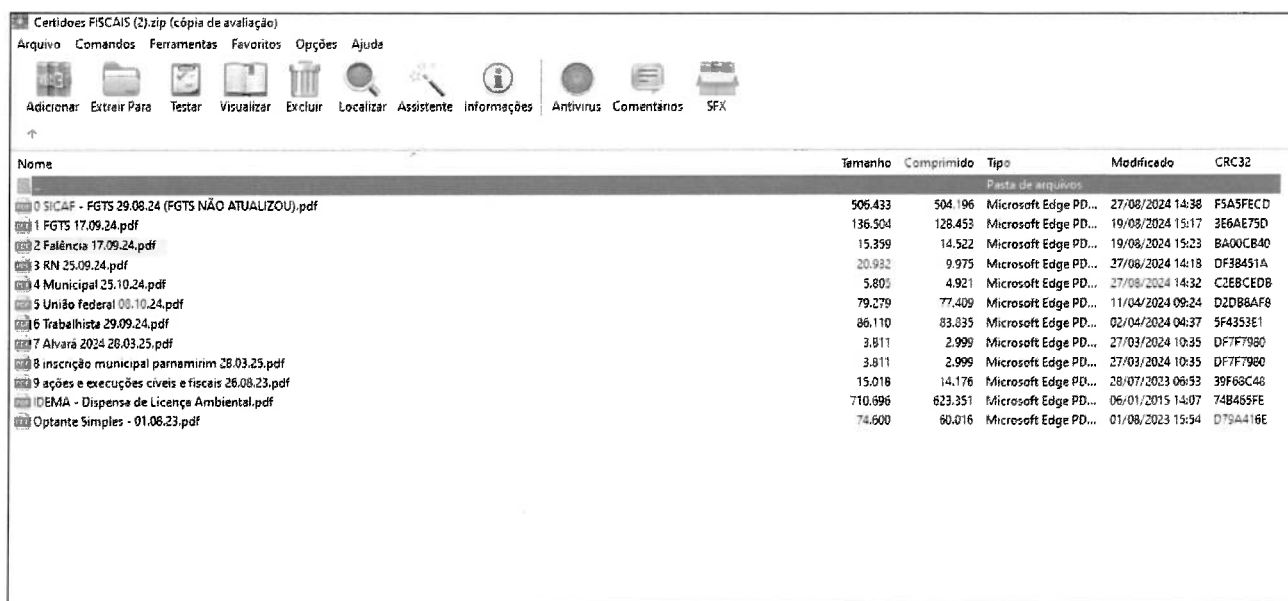
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



RUBRICA D FOLHA 13



Fica anexado a esta ata a devida certidão enviada pela Recorrida, de forma atualizada.

III - CONCLUSÃO:

Diante do exposto, entende-se que as alegações apresentadas pela empresa **CLIMA'AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** são improcedentes. Não foram identificadas irregularidades nos documentos apresentados pela empresa **PRO SERVICE**



SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA que comprometam a sua habilitação no presente certame.

IV – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DECISÃO

Ante o exposto, este Pregoeiro, com auxílio de sua Equipe de Apoio, sem nada mais a considerar, conhece o recurso interposto por ocasião do Pregão Eletrônico nº 12/2024 e **mantém a decisão de HABILITAÇÃO da licitante PRO SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA** exarada no certame supramencionado.

Assim, considerando que a decisão recorrida foi mantida, submeto os autos a vossa senhoria, Autoridade superior desta Autarquia, para apreciação e análise em prestígio ao disposto na Lei Geral de Licitações e Contratos.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

(...)

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

[Assinaturas manuscritas]





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES – EPT


Atenciosamente.

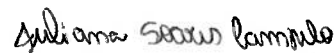
PROCESSO: 21617/2024
DATA DO INÍCIO: 16/09/2024
RUBRICA: [assinatura] FOLHA 17

Maricá / RJ, 16 de setembro de 2024.



Lucas Mattos Silva
Pregoeiro EPT
Mat. 11.00095


Cristiane Martins Rodrigues
Membro – Mat. 1100123


Leandra Moreira da Silva
Membro – Mat. 1000226


Juliana Soares Campelo
Membro – Mat. 1000228


Cristina Mariano da Rosa Rodrigues
Membro – Mat. 1000223


Letícia Dantas Sanches
Membro – Mat. 1000218



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

Autarquia Empresa Pública de Transporte	
Processo número	0021617/2024
Data do início	16/09/2024
Folha	18
Rubrica	

Maricá, 18 de setembro de 2024

Processo Administrativo Nº. 0021617/2024

Para: Diretoria Jurídica

O presente processo foi instaurado pela Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia Empresa Pública de Transportes para análise do Recurso Administrativo impetrado pela Empresa CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA requerendo o provimento do recurso para decretar a nulidade da decisão do Pregoeiro que decretou a habilitação da PRO-SERVICE no Pregão Eletrônico nº 12/2024.

Diante do requerido pela empresa Recorrente em fls. 03/11, bem como a manifestação da CPL em fls. 12/17 mantendo a Decisão exarada no certame supramencionado, remeto o processo à esta Diretoria especializada para análise da legalidade do pedido.

Aproveitando a oportunidade, colho o ensejo para renovar os votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CELSON HADDAD LOPES
Presidente da EPT
Matrícula 1000122



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES
DIRETORIA JURÍDICA

0021617/2024
16 09 2024
19

DESPACHO

Maricá, 30 de setembro de 2024.

De: Diretoria Jurídica
Para: Presidência
Processo nº 0021617/2024

Ilmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, em resposta ao Despacho de fls. 18, cabem as seguintes considerações:

O referido processo versa sobre recurso impetrado pela empresa CLIMA'AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA em face da decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA no pregão eletrônico nº 12/2024 destinado a contratação, sob o Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para o serviço de locação de aparelhos de ar condicionado.

A recorrente, em seu recurso, realiza os seguintes questionamentos:

1. A empresa habilitada não apresentou balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios, conforme item B.1 do Edital;
2. A licitante vencedora apresentou Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais com data vencida;

Pois bem, cumpre esclarecer que **a oitiva da Diretoria Jurídica, em caso de recurso administrativo em face de inabilitação/habilitação de licitante, não é imprescindível para a regularidade da decisão da autoridade superior, uma vez que não há previsão na Lei nº 14.133/21 impondo a existência de Parecer Jurídico neste caso.**

Nos termos do inciso I, do art. 165, da Lei nº 14.133/21, cabe recurso administrativo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de: b) julgamento das propostas; c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES
DIRETORIA JURÍDICA

0021617/2024
16 09 2024
20

O § 2º do art. 165, da Lei nº 14.133/21, dispõe que o recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, ou seja, o servidor que estava conduzido o certame e que decidiu sobre o julgamento das propostas e dos requisitos de habilitação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Desta forma, o recurso será avaliado e a decisão será inicialmente do próprio agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação e se a decisão não for retificada, a autoridade superior que será responsável pela decisão final.

Cabe lembrar que nem todo recurso administrativo terá por objeto questões jurídicas e que o Parecer Jurídico, na Lei nº 14.133/21, realiza apenas controle de legalidade, não adentrando no mérito das questões técnicas, sendo importante considerar o teor do parágrafo único do art. 168 da Lei de Licitação, no qual possibilita que a autoridade superior seja auxiliada pelo órgão jurídico, em caso de questões legais.

Assim, o Parecer Jurídico não é necessário para a legalidade da decisão tomada pelo Gestor.

Verifica-se que os questionamentos realizados pela empresa CLIMA' AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA dizem respeito à apresentação de Balanço Patrimonial e a apresentação Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais, que por sua vez são matérias afetas ao Setor de Contabilidade da EPT e ao próprio Pregoeiro quando da realização da licitação.

Ao Setor de Contabilidade e ao Pregoeiro cabem aferir se a empresa habilitada apresentou balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios, conforme item B.1 do Edital, bem como cabe ao Pregoeiro verificar a validade da Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais apresentada no momento do certame, podendo realizar diligência para sanar as dúvidas.

Licitação. Proposta. Desclassificação. Diligência. Erro formal.

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. (Acórdão 1204/2024 Plenário – TCU. Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).



0021617/2024
16 09 2024
21

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES
DIRETORIA JURÍDICA

Portanto, o recurso ora apresentado não possui dúvidas que aparentam ser de legalidade.

Por fim, qualquer esclarecimento jurídico que porventura se faça necessário, prestaremos com a maior brevidade possível.

Aproveitamos o ensejo para elevar votos de estima e distinta consideração.

ALEXANDRE LEAL
DIRETOR JURÍDICO
OAB RJ 185.570
MAT. 1100106

Alexandre Leal
Diretor Jurídico
Mat. 1100106



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

Autarquia Empresa Pública de Transporte	
Processo número	0021617/2024
Data do início	16/09/2024
Folha	22
Rubrica	

Maricá, 01 de outubro de 2024

Processo Administrativo Nº. 0021617/2024

Para: Setor de Contabilidade

O presente processo foi instaurado pela Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia Empresa Pública de Transportes para análise do Recurso Administrativo impetrado pela Empresa CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA requerendo a nulidade da decisão do Pregoeiro que decretou a habilitação da PRO SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA no Pregão Eletrônico Nº 12/2024.

Diante do Despacho da Diretoria Jurídica de fls. 19/21, remeto o processo a este setor para análise dos pontos contábeis suscitados no recurso.

Aproveitando a oportunidade, colho o ensejo para renovar os votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CELSO HADDAD LOPES

Presidente da EPT

Matrícula 1000122



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

Da: Contabilidade

Para: Presidência

Empresa Pública de Transporte - EPT	
Processo Nº	0021617/2024
Data de Início	16/09/2024
Folha	23
Rubrica	

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao despacho de fls 19/21, cabe as considerações:

1. A empresa habilitada apresentou Balanços Patrimonial dos 2 últimos exercícios conforme fls. 635/656 (proc. 0024570), conforme item B.1 do Edital.
2. E CPL apresentou planilha de situação financeira conforme fls 658/659 (proc.0024570).

Aproveitando a oportunidade, colho o ensejo para renovar os votos de estima e distinta considerações.

Marta Sousa de Oliveira
Assessora - EPT
Matrícula 1000198



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

M Autarquia Empresa Pública de Transporte	
Processo número	0021617/2024
Data do início	16/09/2024
Folha	24
Rubrica	8

Maricá, 07 de outubro de 2024

Processo Administrativo Nº. 0021617/2024

O presente processo foi instaurado pela Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia Empresa Pública de Transportes tendo em vista interposição de recurso Impetrado pela **EMPRESA CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA** ao Pregão Eletrônico Nº 12/2024 – Serviço de Locação de Aparelhos de Ar Condicionado.

A empresa Recorrente pleiteia em sede de Recurso Administrativo a anulação da habilitação da Licitante **PRO-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA**, alegando que a empresa vencedora “não apresentou o balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios de 2022 e 2023”, bem como “apresentou Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais vencida”.

A empresa vencedora do certame apresentou contrarrazões em fls. 08/11, em defesa aos itens suscitados no recurso, informando que os documentos citados pela recorrente se encontram todos atualizados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Cabe ressaltar que a CPL ao analisar o presente recurso de fls.12/17 impetrado pela empresa Clima Air Reformas Manutenção e Locação de Equipamentos LTDA, manteve a decisão exarada no Certame que declarou vencedora a empresa Pro-Service Serviços Profissionais e Especializados LTDA, tendo em vista não ter sido identificado irregularidades nos documentos apresentados, uma vez que os balanços patrimoniais de 2022 e 2023 foram solicitados pelo pregoeiro e verificado, em complemento, no Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF os referidos documentos. Já a Certidão de Ações e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

Autarquia Empresa Pública de Transporte	
Processo número	0021617/202
Data do início	16/09/2024
Folha	25
Rubrica	8

Execuções Cíveis e Fiscais a licitante vencedora anexou no sistema Comprasgov a certidão atualizada conforme prevê o item B.2 do Edital e anexada aos autos em fls. 657 do processo nº 0024570/2023 e nas fls. 15 de recurso.

Cabe destacar que a Diretoria Jurídica em seu despacho de fls.19/21 informou não ser necessário o parecer jurídico para a legalidade da decisão tomada pelo gestor, já que realiza apenas controle de legalidade, não adentrando no mérito das questões técnicas. Entretanto, informou que cabem ao Setor de Contabilidade e ao Pregoeiro aferir aos questionamentos suscitados pela recorrente.

O Setor de Contabilidade esclareceu em fls. 23 que a empresa habilitada apresentou os balanços patrimoniais dos 2 últimos exercícios conforme fls. 635/656 do processo 0024570/2023, conforme o item B.1 do Edital, bem como a CPL apresentou planilha de situação financeira em fls. 658/659.

Diante do exposto, tendo em vista a manifestação da Comissão de Licitação às fls. 12/17 bem como o despacho da contabilidade de fl. 23, nego provimento aos pedidos formulados no Recurso Administrativo em questão.

Dê-se ciência a recorrente dos termos da presente decisão.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente da Autarquia Empresa Pública de Transportes - EPT
Matrícula 1000122



arquivar. ok!



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT

OFÍCIO-GAB/PRES. Nº 694/2024.

Processo: 0021617/2024
Data: 16/09/24
Assinatura: [assinatura]

Maricá, 07 de outubro de 2024.

Ao Jornal Oficial de Maricá - JOM

REF.: Solicitação de Publicação

Sr. Responsável,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar publicação no Jornal Oficial de Maricá – JOM da Decisão que negou provimento ao Recurso Administrativo nº 0021617/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 12/2024 – Processo Administrativo Nº. 0024570/2023 em anexo. Lembrando que a mídia já foi encaminhada para o e-mail: jommarica2017@gmail.com.

Agradecendo a atenção, aproveitamos para renovar votos de estima e apreço.

RECEBIDO
09/10/2024
Diogo Gonçalves da Mata
Mat. 109.686

Atenciosamente,

CELSO HADDAD LOPES

Presidente da Autarquia Empresa Pública de Transportes - EPT
Matrícula 1000122

RECEBIDO
CONFERE COM ORIGINAL
PUBRICA [assinatura] MAT 1000122
DATA: 11/10/24



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE - EPT

0021617/2024
16-09-24
27


Recurso – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024

Processo de Recurso Administrativo: nº 0021617/2024

Processo Administrativo: nº 0024570/2023

Requerente: CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS LTDA

Decisão: NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

CONFERE COM ORIGINAL
FUBRICA  MAT 1000228
DATA: 11

Processo: 0021617/2024
Data do início: 16/09/24
Pelo: 28

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 205/2024 – CUJO OBJETO É O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES (EPT) E TENCIV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PARTES: AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES – EPT E TENCIV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0020859/2024.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.025,00 (CINCO MIL E VINTE E CINCO REAIS)

PROGRAMA DE TRABALHO: 71.01.04.122.0069.2277

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

FONTE DO RECURSO: 1704

NOTA DE EMPENHO: 205/2024

DATA DA ASSINATURA DA NOTA DE EMPENHO: 08 DE OUTUBRO DE 2024

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: REGENDO-SE PELAS NORMAS GERAIS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021, DO DECRETO MUNICIPAL 936/2022, DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA, CONFORME AUTORIZADO PELO PROCESSO ADMINISTRATIVO 0024044/2023.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES - EPT (CONFORME PORTARIA 127 DE 18/05/2023 DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA).

Maricá, 08 de outubro de 2024.

SARAH LAMPREIA OLIVEIRA

Secretaria Administrativa Substituta

Matrícula 1000215

PORTARIA EPT Nº 166 DE 08 DE OUTUBRO DE 2024

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA EPT no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021 e Portaria nº 127 de 18/05/2023, considerando a necessidade de fiscalizar e atestar o cumprimento da nota de empenho nº 205/2024, cujo objeto é fornecimento de material de consumo, referente ao Processo Administrativo nº 0020859/2024, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Decreto Municipal 936 de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo para compor a Comissão de Fiscalização e atesto do cumprimento da nota de empenho nº 205/2024 – cujo objeto é o fornecimento de material de consumo.

GESTOR DO CONTRATO

Luciana Gomes Postigo

Matrícula: 1000210

FISCAL TÉCNICO

Juliana da Silva Crispim

Matrícula 1100100

FISCAL ADMINISTRATIVO

Nilson Fernandes Monteiro

Matrícula 1000181

SUPLENTE

Marcelo Corrêa de Araújo

Matrícula 1100062

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 08 de outubro de 2024.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES - EPT, Maricá, 08 de outubro de 2024.

SARAH LAMPREIA OLIVEIRA

Diretora Administrativa Substituta

Matrícula 1000215

Recurso – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024

Processo de Recurso Administrativo: nº 0021617/2024

Processo Administrativo: nº 0024570/2023

Requerente: CLIMA AIR REFORMAS, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Decisão: NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

Processo de Impugnação nº: 0020857/2024

Processo Administrativo nº: 0022563/2024

Requerente: GENTE SEGURADORA S.A.

Decisão: DEFERIDO.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ

Maricá, 08 de outubro de 2024.

A Superintendência de compras da FEMAR, no uso de suas atribuições, convoca pessoas jurídicas a apresentarem orçamentos para os objetos abaixo relacionados. Os interessados poderão obter cópia do Termo de Referência e mais informações pelo endereço eletrônico femarsuperintendenciadecompras@gmail.com

NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO
20728/2024	AVISO DE COTAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NA FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ-FEMAR.

Maricá, 08 de outubro de 2024

Atenciosamente,

Alan Barradas Cavalcante

Superintendente de Compras

Mat. 3.300.018

PORTARIA Nº. 198, DE 04 DE OUTUBRO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA FEMAR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 3.092, de 15 de dezembro de 2021, pela Lei Complementar nº 349, de 15 de dezembro de 2021, pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 815, de 15 de fevereiro de 2022 e com os princípios norteadores da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, RENATA PEREIRA CARDOSO MONTEIRO, matrícula nº 3.300.287, com validade a partir de 04/10/2024, do emprego em comissão, Símbolo AS-3, ASSESSOR III da DIRETORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos legais, a partir de 04/10/2024

Maricá, 04 de Outubro de 2024.

MARCELO ROSA FERNANDES

Diretor-Geral da FEMAR

Mat. 3.300.000

PORTARIA Nº. 199, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA FEMAR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 3.092, de 15 de dezembro de 2021, pela Lei Complementar nº 349, de 15 de dezembro de 2021, pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 815, de 15 de fevereiro de 2022 e com os princípios norteadores da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR BRENDA SCARPELLI LESTRO, matrícula nº 3.300.466, com validade a partir de 07/10/2024 no emprego em comissão, Símbolo AS-3, ASSESSOR III da DIRETORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos legais, a partir de 07/10/2024

Maricá, 07 de Outubro de 2024.

MARCELO ROSA FERNANDES

Diretor-Geral da FEMAR

Mat. 3.300.000

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ – FEMAR

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO


AVISO- EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024

UASG 929412

Processo Administrativo nº 18705/2023

A Comissão Especial de Credenciamento da Fundação Estatal de Saúde de Maricá, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados a abertura do Edital de Chamamento Público 07/2024:

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024 - CREDENCIAMENTO	
PRÉAMBULO	
Processo n.º	18705/2023
Fundamento Legal:	Lei n.º 14.133/21, Decretos Municipais n.º 914/22, 921/22 e 936/22, bem como as demais legislações aplicáveis.
Objeto:	Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos na especialidade de oftalmologia, a fim de atender as demandas da FEMAR, por meio da execução de sua atividade fim, consistente na adequada prestação dos serviços de saúde aos usuários do Município de Maricá.
Local de Recebimento dos Requerimentos:	Fundação Estatal de Saúde de Maricá, na Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2-B1 – Centro, Maricá, CEP: 24.902-035, ou no endereço de Email: credenciamentofemar@gmail.com
Período de Recebimento dos Requerimentos:	Prazo Indeterminado, após 10 (dez) dias úteis da publicação do Edital de chamamento público nº 07/2024.
Horário para Recebimento dos Requerimentos:	De Segundas as Sextas das 09:00 às 18:00h.

CONFERE COM ORIGINAL
RUBRICA:  1000228
DATA: 11/10/24